

✓

Título: Jornal Correio Brasiliense acerca
do quantitativo do IBGE enquanto
módulo de alfabetização

Ano: 1991

IBGE aponta maior pobreza entre jovens

Até 1959 a população do País era de 144 milhões 293 mil 110 habitantes. Desse, 59,6 milhões eram de brasileiros entre zero e 17 anos. Os números apurados pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) e compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que os revela agora, apontam uma redução da população jovem do Brasil na década de 80. Mas, desnudam dados que dificilmente serão alterados com o Estatuto da Criança e do Adolescente: o aumento da pobreza entre os jovens.

Os indicadores sociais do IBGE afirmam que em 1989, 50,5 por cento dos mais de 59 milhões de crianças e adolescentes viviam com famílias de rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo e 27,4 por cento do total delas com até um quarto do salário mínimo e mais de um milhão (1,7 por cento) delas não tinham qualquer rendimento.

Da população infanto-juvenil, 45,5 por cento não eram servidas por esgoto, 53,3 por cento não dispunham dos serviços de coleta de lixo e um simples filtro de água chega se tornar um privilégio pa-

ra 53,6 por cento desses brasileiros.

Naquele ano, a diarréia continuava a ser responsável pelo maior número de mortes em bebês com menos de um ano de idade no Nordeste, enquanto crianças e adolescentes trocavam o estudo pelo trabalho. Só entre brasileiros de dez a 17 anos, cerca de 7,3 milhões tinham emprego. 2,1 milhões sem salário e cerca de quatro milhões trabalhavam semanalmente mais do que as 10 horas permitidas por lei.

Dos 36,4 milhões de brasileiros de sete a 17 anos, 21 por cento permaneciam analfabetos e quase sete milhões, mesmo em idade escolar, estavam fora da escola. Vinte e cinco por cento da população infanto-juvenil do Brasil rural nunca haviam colocado os pés numa sala de aula. Em 1989, dos matriculados até o último mês letivo do ano, um quarto foi reprovado.

Entre a população brasileira de zero a 17 anos em 1989, 30,8 se disseram de cor branca e 25,6 milhões de cor parda. Os negros eram dois milhões 864,1 mil e os de raça amarela 214,9 mil.

O País visto pelo PNAD/Dados Absolutos/89

População total		144 293 110
População de 0 a 17 anos		59 614 103
População de 0 a 6 anos		23 133 083
População de 7 a 14 anos		27 509 371
População de 15 a 17 anos		8 971 646
População de 0 a 17 anos		
Norte	2 280 144	
Nordeste	20 050 997	
Sudeste	24 056 013	
Sul	8 766 848	
Centro-Oeste	4 390 101	

Nível do salário

Pessoas de 0 a 17 anos por CRMFP (SM)	
Sem rendimento até 1/4	1 055 817
+ de 1/4 a 1/2	12 319 343
+ de 1/2 a 1	12 751 428
+ de 1 a 2	13 647 720
+ de 2	9 583 968
+ de 2	9 279 530

Como é a família

Pessoas de 0 a 17 anos por tipos de família	
Casal com filhos	43851620
Casal com filhos e parentes	7388859
Mulher sem cônjuge, com filhos (*)	5948734
(*) Com ou sem outros parentes.	

Situação salarial

PEA de 10 a 17 anos por CRMFP (SM)	
Total até 1/4	7 454 361
+ de 1/4 a 1/2	1 572 762
+ de 1/2 a 1	1 738 170
+ de 1 a 2	1 990 389
+ de 2	1 305 948
Sem declaração	748 202
	98 890

Situação escolar

Pessoas de 5 a 17 anos que frequentam escola	
Total	31 217 637
5 e 6 anos	3 343 773
7 a 9 anos	9 269 091
10 a 14 anos	13 728 609
15 a 17 anos	4 876 154

Escola por região

Pessoas de 7 a 14 anos que frequentam escola	
Norte	919 917
Nordeste	6 957 296
Sudeste	9 940 763
Sul	3 434 210
Centro-Oeste	1 715 514

Miseráveis já somam 50,5%

Os indicadores sociais do IBGE revelam que em 1989 as crianças e adolescentes brasileiros continuavam a viver em situação de pobreza familiar: 50,5 por cento viviam em estado de pobreza absoluta, com famílias de rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo e 27,4 por cento com até um quarto do salário mínimo. A pesquisa revela ainda os efeitos do Plano Cruzado, o percentual atingiu o menor valor da última década: 40,9 por cento. Também em 1986 aumentou o índice de menores

que apresentavam rendimento mensal per capita de dois salários mínimos — 18,6 por cento, contra 14,9 por cento em 1989.

O número de brasileiros de até 17 anos vivendo em situação familiar de pobreza na área rural (68,2 por cento) chega a ser mais que o dobro em relação às crianças e adolescentes que vivem na zona urbana. Essa diferença é ainda mais chocante quando se compara as regiões Nordeste e Sudeste. Na primeira, 74,8 por cento residem em famílias com renda de até meio salário mínimo; na segunda, o percentual é de 35,9 por cento. Ainda no Nordeste, 49,9 por cento vivem com um quarto de salário mínimo. No Sudeste 15,5 por cento.

Foi registrado, também, nos últimos dois anos um aumento de cerca de 30 por cento na proporção de menores vivendo em famílias chefiadas por mulher e diminuiu o percentual das que residem em famílias com presença do cônjuge masculino.

Analfabetos passam de 36 milhões

Apesar da Constituição garantir a escolaridade básica para todos os brasileiros e o Governo jurar cumpri-la, em 1989, segundo a pesquisa do IBGE, 21 por cento da população de sete a 17 anos (36,4 milhões) permanecia analfabeta e quase sete milhões, mesmo estando em idade escolar, estavam fora da escola. No Brasil rural, 25 por cento das crianças de sete a nove anos — idade de ingresso escolar —, nunca haviam ocupado uma sala de aula. Se nada mudou nos últimos dois anos, apenas 28 por cento dos adolescentes de 17 anos têm oito ou mais anos de estudo.

Os dados demonstram ainda, que foi adotado na década de 80 um sistema educacional ineficiente. Mais de 40 por cento das crianças e adolescentes de 12 a 15 anos do País, não conseguiram atingir quatro ou mais anos de estudo. O Nordeste apresenta o pior reflexo desse sistema: apenas 31,9 por cento desse grupo etário

possuía quatro ou mais anos de estudo. No Sudeste, 68,7 por cento. Entre os jovens de 17 anos, a área urbana tem três vezes mais adolescentes com oito anos de estudo do que a rural. No Nordeste rural, apenas 15 por cento dos adolescentes cursaram a escola por um período de oito anos.

A evasão escolar que era de dez por cento em 1961, no final de 1989 passou para 13 por cento. A proporção de repetentes mantinha-se em 20 por cento. Dos matriculados até o último mês letivo de 1989, um quarto foi reprovado. Só na primeira série, de cada mil alunos matriculados, somente 55 terminaram o 1º grau em oito anos, sem repetência, 204 se formaram em mais de oito anos. Dos repetentes, apenas 50 por cento conseguiram atingir a segunda série e menos de dez por cento alcançaram a oitava série.

A pesquisa revela que de cada mil alunos urbanos, 450 terminaram a oitava série, enquanto no

meio rural 15 por cento a concluíram. Na década de 80, de cada três menores matriculados em qualquer uma das séries do ensino básico, apenas uma conseguiu concluir a série anterior. As outras duas matriculas deveriam-se a alunos repetentes e evadidos que retornaram à escola: 65,3 por cento deles.

A maior taxa de analfabetismo está entre as crianças de sete a nove anos: 40 por cento. Entre as de dez a 14 anos, 14,8 por cento não sabiam ler ou escrever, apesar de que deveriam ter terminado pelo menos a metade do 1º grau. Entre os adolescentes, dez por cento se declararam analfabetos.

Há dois anos a escola pública já demonstrava sinais que perdia em eficiência para a particular. Em 1989, na primeira série do 1º grau, os repetentes da rede oficial representavam 24,4 por cento, enquanto nas particulares, nove por cento.

Maioria vive sem saneamento

No Brasil, 60 por cento das crianças menores de um ano moram em domicílios com saneamento inadequado. Somente 56,8 por cento da população infanto-juvenil é abastecida de água. Entre os brasileiros de até 17 anos, 45,5 por cento são servidos por esgoto, 53 por cento residem em lugares servidos por coleta de lixo e 81,9 por cento possuem energia elétrica.

Pelo levantamento realizado pelo IBGE, em 1989, a diarréia ainda continuava a liderar o número de mortes em crianças com menos de um ano de idade. No Nordeste, apesar da sua diminuição em relação à década de 70. Entretanto, ele revela que, se os óbitos entre os bebês nordestinos por diarréia, infecções respiratórias agudas e doenças imunopreveníveis diminuíram, houve um aumento na taxa de mortalidade por septicemia e desnutrição.

Menores são explorados na cidade e no campo

Segundo a pesquisa realizada pelo IBGE, até 1989 o trabalho infanto-juvenil no País continuava sendo uma prática comum, ao contrário dos países desenvolvidos, que pela economia estável, apresentam uma taxa de atividade mínima das crianças e adolescentes. Os dados revelam que os jovens brasileiros trocam o estudo pelo emprego, no qual a maioria trabalha sem carteira assinada, mais de 40 horas semanais, recebem um salário menor que um adulto com a mesma escolaridade ou não percebem rendimento algum.

Das 2,9 milhões de crianças e adolescentes que trabalham na agricultura, 62,3 por cento não recebem salários. Somente 33,9 por cento ganham mensalmente por seus serviços, e 3,8 por cento trabalham por conta própria. Nos outros setores da economia, os jovens e crianças não remunerados têm um peso menor. No comércio, 14,2 por cento deles trabalham de graça; na construção civil, 10,4; no setor industrial, 8,3 por cento, en-

quanto na prestação de serviços, seis por cento não são pagos pelo trabalho.

Pela pesquisa em 1989 houve um crescimento de crianças e adolescentes trabalhando com carteira assinada em relação a 1981. Há dez anos, 8,2 por cento da população mais jovem era registrada. Em 1989 esse percentual subiu para 10,6 por cento. Entre os adolescentes de 15 e 17 anos, 32 por cento trabalhavam com carteira assinada, passando para 34,6 por cento em 1989.

A população infanto-juvenil que trabalha na região Sudeste é melhor protegida pela legislação trabalhista que as do Nordeste. Em 1989, 15,5 por cento das crianças de dez a 14 anos possuíam carteira assinada. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 43 por cento eram registrados. Enquanto entre os nordestinos, os valores são de dois por cento para grupo de dez a 14 anos e 9,5 por cento para os jovens de 15 a 17 anos.

Carga horária — Os meo-

Horas trabalhadas

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por número de horas trabalhadas	
Total até 20 horas	7 299 476
de 21 a 39 horas	980 430
40 horas ou mais	1 625 217
	4 688 687

Ramo de atividade

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por ramos de atividade	
Agricultura	2 936 945
Indústria	1 010 538
Construção civil	283 552
Comércio	878 073
Serviços	1 589 521
Outros	618 007

res brasileiros trabalham mais que o permitido pela legislação trabalhista. Entre os de dez a 14 anos, 46,5 por cento têm uma jornada de trabalho semanal de 40 horas ou mais. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, essa exploração é ainda mais cruel: 76,4 por cento deles passam 40 ou mais horas no trabalho durante uma semana.

A exploração dos empregados é maior na região Sudeste: 81,6 por cento (entre as de 15 a 17 anos) e 55,3 por cento das crianças de até 14 anos têm a carga horária superior ao permitido pela legislação. No Nordeste, o percentual é de 38,3 por cento para as de 14 anos e 66 por cento entre os adolescentes com 15 a 17 anos.

Resenha da Imprensa

visão

"O País pode voltar a depender de importações e a registrar déficits comerciais. Tudo por culpa da abertura do mercado". "Tecnologia na lata de lixo", 13/11).

veja

"O governador de São Paulo elogia Collor, mas acha que a equipe econômica comete erros grosseiros que criam confusão para o Governo". ("Falta um horizonte", entrevista com o governador Luiz Antônio Fleury Filho, de São Paulo, 13/11).

TIME

"Árabes e judeus um dia falarão a mesma linguagem?" ("A procura da paz", capa, 11/11).

EXCELENCIA

Newsweek



Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal

ASEFE INFORMA

HABITAÇÃO

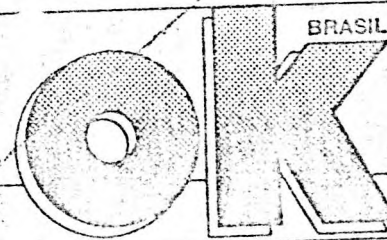
CIDADE ÁGUAS CLARAS

Dia 12 de Novembro as cooperativas reuniram-se com o Governador do Distrito Federal, Secretário do Meio Ambiente e Presidente da SHIS, para apresentação do projeto da cidade Águas Claras, que tem como objetivo atender à população classe média.

Nossa categoria não foi esquecida. Através da Cooperativa Habitacional da ASEFE, estamos acompanhando o processo passo a passo, uma vez que estamos devidamente habilitados junto a SHIS e CEF.

Com esta possibilidade de adquirirmos os terrenos temos a certeza de que, juntos, poderemos a curto prazo resolver o problema habitacional que aflige mais de 9.000 colegas.

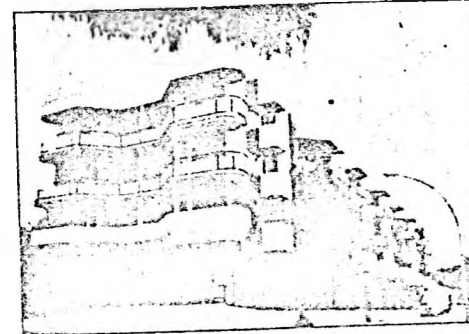
Há 3 anos estamos reivindicando junto ao GDF, conforme convênio firmado, a liberação de terrenos que possibilitem a construção de unidades habitacionais dentro do padrão salarial de professores e auxiliares.



BRASIL

ANO III - NÚMERO 44

GRUPO OK ENTREGA AOS COMPRADORES O EDIFÍCIO OXFORD



Um coquetel marcou a entrega do Edifício Oxford aos compradores dos 48 apartamentos de um dos prédios mais bem localizados da cidade. O Edifício Oxford fica na 707 Norte, próximo ao Ceub. Construído pelo Grupo OK, é um bloco de 3 andares que reúne funcionalidade, bom gosto e arrojo arquitetônico.

Aprendendo futebol com quem sabe: Dinamite

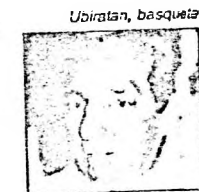
Roberto Dinamite, o grande artilheiro do futebol brasileiro, estará em Brasília na próxima semana. Contratado da Fundação Luiz Estevão como orientador técnico das Escolinhas de Esporte OK/Defer, Roberto vem ensinar à garotada tudo o que aprendeu em tantos anos de sua vitoriosa carreira. Juntamente com ele também são orientadores das



Dinamite: lupo de futebol



Isabel, vôlei



Ubiratan, basquete

Escolinhas OK/Defer, como contratados da Fundação Luiz Estevão, a jogadora Isabel, no vôlei, e o ex-jogador Ubiratan, no basquete.

Começam as obras dos edifícios Casablanca I e II

Foram iniciadas as obras dos edifícios Casablanca I e Casablanca II, em Taguatinga. O primeiro fica na QNL 2 e o outro na QNL 15. Cada prédio terá 84 apartamentos de dois quartos

Luiz Estevão, Patrono da Pedagogia da AEUDF

O Diretor-Superintendente do Grupo OK, Luiz Estevão de Oliveira Neto, foi convidado para ser o Patrono da turma da Pedagogia da Associação de